

**O TURISTA APRENDIZ NO NORDESTE E A PERSISTÊNCIA
DO SISTEMA PATRIARCAL:
ESTUDO DAS CRÔNICAS O GRANDE CEARENSE E
TEMPO DE DANTES, DE MÁRIO DE ANDRADE**

**THE APPRENTICE TOURIST IN THE NORTHEAST AND THE PERSISTENCE
OF THE PATRIARCHAL SOCIAL SYSTEM:
A STUDY OF THE CHRONICLES O GRANDE CEARENSE AND
TEMPO DE DANTES, BY MÁRIO DE ANDRADE**

Fernando de Moraes Gebra*

Resumo: O presente artigo surge como uma resposta ao seguinte questionamento: Como Mário de Andrade focalizou a cultura e as relações socioeconômicas brasileiras em suas crônicas de viagem? As crônicas “O grande cearense” e “Tempo de dantes”, do livro *Os filhos da Candinha* (1943), são comparadas neste artigo com suas primeiras versões no diário de viagem *O turista aprendiz* (1976) e intituladas, respectivamente, “Atlântico, 5 de dezembro” e “Natal, 17 de dezembro”. As crônicas de viagem de Mário de Andrade, enfeixadas no livro póstumo *O turista aprendiz*, permitem entrever a homologação das identidades intersubjetivas (o eu se construindo na relação com o Outro) com a identidade nacional, por meio de questões referentes às práticas socioeconômicas e socioafetivas. A viagem permite o olhar do turista para o Outro, o que faz com que ele interrogue essas relações culturais baseadas, no caso específico dessas crônicas, num modelo de centralização do poder. Trata-se do patriarcado, entendido como poder normativo e repressor, que determina a organização individual e coletiva nas dimensões pública (relações de trabalho) e privada (ambiente familiar). Tanto na esfera privada como pública, a estrutura social se organiza em torno de um discurso do poder, que legitima as práticas de exclusão daqueles que não se adaptam a esse modelo estruturante. Dessa forma, as crônicas analisadas permitem a análise das relações patriarcais estabelecidas nas esferas públicas e privadas no Brasil das primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Mário de Andrade; Crônicas de viagem; Patriarcado.

Abstract: This article comes as a response to the following question: How did Mário de Andrade focus Brazilian culture and socioeconomic relations in his travel chronicles? The chronicles “O grande cearense” and “Tempo de dantes”, from the book *Os filhos da Candinha* (1943), are compared in this article with their first releases on the travel journal *O turista*

* Doutor em Letras, área de Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professor Adjunto II do Curso de Letras, área de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa, e do Mestrado em Estudos Linguísticos (área de Práticas Discursivas e Subjetividades), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Membro do Grupo da ANPOLL *Imaginário, representações literárias e deslocamentos culturais*; Coordenador do Projeto de Pesquisa *Identidades, Narrativas e Duplos nas Vanguardas Luso-Brasileiras*; Autor de ensaios, artigos, ficção e poesia, com destaque para o artigo “O ritual esotérico em ‘Iniciação’”, de Fernando Pessoa, publicado na Revista *Ipotesi* (Qualis A1 da CAPES).

aprendiz (1976), in which their titles are respectively “Atlantic, December 5” and “Natal, December 17”. Mário de Andrade’s travel chronicles, collected in the posthumous book *O turista aprendiz*, provide a view of the ratification of intersubjective identities (the construction of the self in the relationship with the Other) with national identity through issues relating to socioeconomic and social-affective practices. Traveling allows the tourist to look at the Other, which causes him to question these cultural relations based - on the specific case of these chronicles - on a model of power centralization. It is the patriarchy, understood as a normative and repressive power that determines individual and collective organization in public (labor relations) and private (family environment) dimensions. Both in private and public spheres, social structure is organized around a discourse of power, which legitimates the practices of exclusion of those who do not adapt to this structural model. Thus, the stories analyzed allow an analysis of the patriarchal relations established in public and private dimensions in Brazil in the first decades of the twentieth century.

Keywords: Mário de Andrade; Travel chronicles; Patriarchy.

Introdução

A viagem permite o conhecimento de outras culturas e o reconhecimento dos nossos próprios valores culturais, pois ao se deparar com o Outro, o Eu começa a se perceber a partir de semelhanças e diferenças. Aberto ao cosmopolitismo, sem perder de vista as particularidades nacionais, o Modernismo brasileiro contou com a presença de muitos artistas que conheceram as modernas vanguardas europeias em suas viagens: Anita Malfatti (1889-1964), que “trazia a novidade de elementos plásticos pós-impressionistas (cubistas e expressionistas), que assimilara em sua viagem de estudos pela Alemanha e pelos Estados Unidos” (BOSI, 1994, p.333); Oswald de Andrade (1890-1954), que “pôde ainda jovem viajar para a Europa (1912), onde entrou em contato com a boêmia estudantil de Paris e conheceu o futurismo ítalo-francês” (1994, p.355); Manuel Bandeira (1886-1968), que, por problemas de saúde, “esteve em 1912 na Suíça (sanatório de Clavadel) e aí entrou em contato com a melhor poesia simbolista e pós-simbolista em língua francesa, fonte da sua linguagem inicial” (1994, p.360); Guilherme de Almeida (1890-1969), que “viajou então longamente pela Europa, fixando-se de preferência em Portugal” (1994, p.371).

Se por um lado encontram-se artistas que viajaram para a Europa e travaram conhecimento com as vanguardas, por outro, há os que fizeram viagens pelo Brasil, a fim de conhecer as diversidades culturais do país. Raul Bopp (1898-1984), por exemplo, “viajou por todo o país praticando as profissões mais díspares” (BOSI, 1994, p.369) e “na década de 20 percorreu demoradamente a Amazônia” (1994, p.369), de que lhe resultou o “reencontro com as realidades arcaicas ou primordiais” (1994, p. 370), de que a obra

Cobra Norato (1931) constituirá uma “rapsódia amazônica”, ou ainda, “o necessário complemento do Manifesto Antropofágico” (1994, p.369).

O mesmo ocorre com Mário de Andrade, foco do presente estudo, que fez duas grandes viagens etnográficas para Amazônia e Nordeste brasileiro e, tal como Raul Bopp, também escreveu uma rapsódia, mas não uma “rapsódia amazônica” e sim uma rapsódia brasileira, Macunaíma (1928), com a fusão de elementos culturais das várias regiões do Brasil. Segundo Wilson Martins, “o mito da viagem, no tempo e no espaço, é a viga-mestra de Macunaíma, de Martin-Cererê, de Cobra Norato: o Modernismo foi uma escola ambulante e perambulante” (1965, p.369). Assim, no âmbito das construções de identidades nacionais e intersubjetivas, foco de interesse deste artigo, o olhar do brasileiro sobre outras culturas permite a compreensão da encruzilhada de referências socioculturais que enformam o Brasil.

O reconhecimento estético e ideológico do hibridismo cultural, relacionado à diversidade de culturas europeias, africanas e indígenas no Brasil, deve-se muito à poesia Pau Brasil e à Antropofagia. Ambos os movimentos exprimem “a atitude de devoração em face dos valores europeus, e a manifestação de um lirismo telúrico, ao mesmo tempo crítico, mergulhado no inconsciente individual e coletivo, de que Macunaíma seria a mais alta expressão” (CANDIDO, 1973, p. 122). O nosso Modernismo encontrou-se, pois, “dividido entre a ânsia de acertar o passo com a modernidade da Segunda Revolução Industrial, de que o futurismo foi testemunho vibrante, e a certeza de que as raízes brasileiras, em particular, indígenas e negras, solicitavam um tratamento estético” (BOSI, 1994, p.341).

Nesse sentido, os experimentalismos das vanguardas europeias e as pesquisas folclóricas e etnográficas feitas pelos modernistas contribuíram para se pensar o Brasil. Muitas dessas pesquisas foram feitas em viagens, transformadas em narrativas, importantes como textos literários e lugar de enunciação das confluências de culturas: “Nas narrativas de viagem, o encontro de outras culturas, com seus modos de ver e conceber a vida, põe em questão valores do viajante” (MELO, 2000, p.123). Dessa forma, as viagens de Mário de Andrade pela Amazônia e pelo Nordeste brasileiros possibilitaram a coleta de importantes fontes culturais para se pensar a diversidade cultural brasileira.

1 Mário de Andrade e a viagem ao Nordeste

Mário de Andrade realizou três grandes viagens pelo Brasil, a fim de conhecer os usos e costumes de seus habitantes. Enquanto outros modernistas realizaram viagens pela Europa, o autor de *Macunaíma* viajou por Minas Gerais, Norte e Nordeste brasileiro, coletando elementos folclóricos e etnográficos que foram aproveitados na sua obra poética, ficcional e ensaística. As viagens ao Norte e ao Nordeste encontram-se registradas no diário intitulado *O turista aprendiz*, de publicação póstuma em edição de Telê Ancona Lopez, em 1976. No Nordeste, entre dezembro de 1928 e fevereiro de 1929, Mário esteve na condição de correspondente do *Diário Nacional*. Foi primeiramente nesse jornal que as crônicas referentes ao Nordeste foram publicadas.

Telê Ancona Lopez esclarece que é muito comum haver mudanças nos projetos de obras de Mário de Andrade, feitas com ampla pesquisa e reunião de material, esboços, rascunhos, que no final acabam sendo transformados em artigos, conferências, ou até mesmo o autor não dá prosseguimento a seu intuito. Tem-se a sensação de que algo ficou incompleto. É o sentido de uma poética da fragmentação, que se relaciona a mudanças estruturais ocorridas no século XX, considerando a passagem para os tempos modernos, marcados pela imigração, urbanização e industrialização, “transformações profundas, tendentes a configurar um quadro econômico-estrutural mais complexo que o sistema agrário-exportador herdado do Império” (LAFETÁ, 1974, p. 16).

A identidade, no projeto de Mário de Andrade, passa a ser poetizada no embate entre dois mundos, considerando um argumento da antropologia evolucionista: o primitivo, marcado pelos povos tradicionais e pelas narrativas orais; e o civilizado, pelo mundo da máquina e o aceleração da modernidade. A poetização da temática da identidade na obra ficcional de Mário de Andrade ocorre de diversas maneiras nos muitos momentos de sua produção artística. Do início da década de 1920 até a morte do autor, em 1945, podemos perceber diferentes posições, tanto no campo estético como no campo ideológico. Essas oscilações foram assim definidas por João Luiz Lafetá: “Distinguimos o projeto estético do Modernismo (renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional) do seu projeto ideológico (consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções)” (1974, p. 12).

Como categorias complementares, com pontos de tensão e atrito, estético e ideológico são dimensões que situam o texto literário em uma perspectiva histórico-social. Texto e contexto devem estar, segundo Antonio Candido, em um processo de interpretação dialeticamente íntegra, com os elementos externos (sociais, políticos, econômicos, filosóficos, psicológicos) integrados na estrutura interna do texto (1973, p.7). Dessa forma, no contexto urbano-industrial dos anos 20, junto ao movimento das máquinas (dimensão histórico-social), percebem-se a rapidez e a velocidade das narrativas fragmentadas (dimensão estética) que procuram dar conta do dinamismo da modernidade. As crônicas de viagem de Mário de Andrade são, nesse sentido, uma tentativa de fixar instantes, misturando documento com fantasia, realidade com ficção. São verdadeiros exercícios literários que serão posteriormente aproveitados em outros projetos como ensaios sobre a música popular, a rapsódia *Macunaíma* (1928), a ficção inacabada *Balança, Trombeta e Battleship* (1994) e algumas crônicas do livro *Os filhos da Candinha* (1943).

As 43 crônicas que compõem *Os filhos da Candinha* surgiram do espaço do jornal, o que remete à discussão acerca do gênero crônica, que costuma apresentar uma brevidade, elementos cotidianos e um estilo coloquial, própria para durar naquele dia de publicação no espaço do jornal. Conforme o estudo de João Francisco Franklin Gonçalves, na introdução da mais recente edição de *Os filhos da Candinha*, “São 43 textos que completam o livro, cujo título capta a conversa da simplicidade e do compromisso da crônica com o dia-a-dia, conversa de Candinha que não exclui a vida alheia” (2008, p.20). Trata-se da “[...] participação de Mário de Andrade, entre 1928 e 1939, em três jornais da grande imprensa paulistana, bem como em três revistas de outros estados” (2008, p.20).

Apesar da rapidez de escrita e publicação demandada pelas exigências da esfera jornalística, devido ao gosto de Mário de Andrade pelo “artesanato da palavra”, o autor opta pela reescrita dos textos “dentro de uma visão posterior, crítica e preocupada com a poeticidade” (LOPEZ, 1976b, p.38). Conforme Marcos Antônio de Moraes, no posfácio da referida edição da obra, a reescrita das crônicas publicadas em jornal ganha nova significação ao fazer parte do espaço do livro: “Se a crônica possui autonomia artística, ganha nova significação dentro de uma estrutura literária mais complexa, o livro” (2008, p.180).

Das 43 crônicas de *Os filhos da Candinha*, 27 foram primeiramente publicadas no *Diário Nacional*, importante órgão da imprensa que foi fechado após a derrota da Revolução de 1932 e a vitória das forças militares de Getúlio Vargas. Nesse jornal, Mário de Andrade atuou também como correspondente durante sua viagem ao Nordeste, em final de 1928 e início de 1929. Sobre a publicação e o discurso das crônicas sobre o Nordeste, Telê Ancona Lopez comenta que a fidelidade ao registro do local, data e hora da redação de cada crônica, aliada ao discurso que entrelaça um tom confessional com a linguagem coloquial, permite a configuração de uma estrutura de diário, destinado ao leitor do *Diário Nacional* (1976a, p.20). A autora salienta a importância dessas crônicas de viagem no projeto estético-ideológico do escritor:

Além das crônicas de “O turista aprendiz”, a viagem ao Nordeste terá outros resultados também bastante significativos. Mário reunirá fartíssimo material de pesquisa sobre danças dramáticas, sobre melodias do Boi, sobre música de feitiçaria, religiosidade popular, crenças e superstições, poesia popular. No decorrer de sua vida irá aproveitando muitos elementos dessas pesquisas em artigos, ensaios e conferências (1976a, p.21).

Dessa feita, das setenta crônicas escritas na viagem ao Nordeste, cinco foram reescritas para *Os filhos da Candinha* (1943), organizada pelo escritor: “Atlântico, 5 de dezembro, 17 horas”, “Natal, 17 de dezembro”, “Bom Jardim, 8 de janeiro”, “Bom Jardim, 13 de janeiro” e “Paraíba, 4 de fevereiro”, transformadas, com poucas alterações estilísticas, respectivamente, em “O grande cearense”, “Tempo de dantes”, “Bom Jardim”, “Ferreira Itajubá” e “Guaxinim do banhado”. Das cinco crônicas citadas, interessam-me, para a perspectiva do presente estudo, as duas primeiras, sobretudo na configuração da estrutura patriarcal presente na sociedade brasileira do final dos anos vinte e início dos anos quarenta, uma vez que há de se considerar os dois contextos de produção, o destinado ao jornal (1928/1929) e à reescrita das crônicas para o livro publicado em 1943.

No ensaio “O cronista Mário de Andrade”, publicado na edição de Táxi e crônicas no *Diário Nacional*, Telê Ancona Lopez comenta que o autor elegeu o critério da diacronia para a publicação das crônicas de *Os filhos da Candinha*. Apesar de se ter abaixo do título de cada crônica desse volume a sua data de escrita, podendo remeter ao tempo da enunciação do cronista, Mário de Andrade opta por diluir “os acontecimentos que as provocaram” e quebrar “uma adesão mais palpável ao histórico”, possibilitando

que a crônica trafegue do contexto jornalístico para o contexto literário (LOPEZ, 1976b, p.39). As crônicas “Atlântico, 5 de dezembro, 17 horas”, “Natal, 17 de dezembro”, ao serem transformadas, respectivamente, em “O grande cearense”, “Tempo de dantes”, apresentam algumas mudanças estilísticas, que comentarei neste artigo, embora o foco da análise se encontre na figuração das relações patriarcais na esfera pública e privada.

2 A Terra Santa e seu patriarca em “O grande cearense”

Como se sabe, todo discurso apresenta uma construção ideológica, sendo impossível afirmar sua neutralidade. Nessa dimensão, é possível afirmar que na base de toda estrutura social há um discurso do poder e outro do anti-poder. Para Ana Colling, “o poder que nos constitui nasce outorgador de ordem, sentido, valor e verdade e todo o outro será desordem, sem sentido, sem valor e falsidade” (2004, p.25). O discurso do poder estaria representado pelo homem branco, adulto, heterossexual, com posses. “Todos os outros segmentos sociais devem, em termos sócio-políticos, estar em uma posição submissa” (2004, p.25). Esses segmentos representariam a desordem por constituírem uma ruptura do poder preestabelecido, do que advém a nomenclatura “sem sentido, sem valor”, isto é, a qualificação negativa desses elementos por se recusarem a adequar-se a um modelo de identidade que o poder político institui como unitário, enquanto norma a ser seguida. Para Jaime Ginzburg,

No Brasil, o patriarcado configurou uma das expressões mais presentes do autoritarismo, articulando macropoderes e micropoderes. Latifundiários, fazendeiros, políticos, senhores de escravos, além de organizarem a vida econômica e o mercado, exerciam autoridade sobre mulheres, negros, crianças, delimitando os graus variados de liberdade de conduta, e constituindo, na vida privada, estruturas de obrigação e obediência (2003, p.40).

A organização das relações socioeconômicas do município da Pedra, no estado de Alagoas, era feita por Delmiro Gouveia, que aparece na crônica “Atlântico, 5 de dezembro” e “O grande cearense”. Além disso, essa personagem é mencionada no capítulo “Ursa Maior”, de Macunaíma, quando o “herói da nossa gente”, já desiludido com a metrópole paulistana, titubeia entre ir para o céu ou para “a cidade da Pedra com o enérgico Delmiro Gouveia” (ANDRADE, 1997, p.164). No entanto, “lhe faltou ânimo”. Essa falta de ânimo relaciona-se ao desnorreamento do herói em relação à organização

da cidade imaginada por Delmiro Gouveia: “e pra parar na cidade do Delmiro ou na ilha do Marajó que são desta terra carecia de ter um sentido. E ele não tinha coragem pra uma organização” (1997, p.164).

A organização de que fala o narrador da rapsódia emana do autoritarismo exercido por Delmiro Gouveia, “articulando macropoderes e micropoderes”, nas palavras de Ginzburg. O narrador da crônica “O grande cearense” caracteriza essa personagem com as seguintes expressões: “o grande cearense”, “faroleiro”, “consciência de responsabilidade”, “dramático movimentador de luzes”, “farol que feria os nossos olhos gostadores de ilusões”, “esse Antônio Conselheiro do trabalho”, “era duma energia masculina, predeterminada e não ocasional” (ANDRADE, 2008, p.45), “gênio da disciplina” (idem, p.46).

Interessante observar o uso metafórico da palavra “faroleiro”. O faroleiro movimenta as luzes para as embarcações. E Delmiro Gouveia, tendo conservado “por toda a vida, no espelho dos atos, a imagem do faroleiro rapaz” (ibidem, p.45), era capaz de jogar luzes refletidas por esse espelho: “foi mesmo um dramático movimentador de luzes, luzes verdes de esperança, luzes vermelhas de alarma dentro do noturno caráter do Brasil” (ibidem, p.45). A energia masculina e predeterminada desse faroleiro, comparado inclusive com a figura mítica de Antônio Conselheiro, chefe da comunidade de Canudos, movimenta essas luzes. Essas ora são de esperança para os que desejam o progresso, ora de alarma para trazer os demais à responsabilidade, em muitos casos inexistente, o que configura a imagem do “noturno caráter do Brasil”.

Em “O grande cearense”, o progresso, enquanto imagem de uma organização estabelecida por esse patriarca “movimentador de luzes” parece se opor à desorganização desse “noturno caráter do Brasil”, o que me permite afirmar que a crônica em exame se organiza por uma oposição fundamental de ordem versus desordem, tal como enunciado por Ana Colling. Delmiro Gouveia, com seu empreendedorismo organizacional, fazia parte do primeiro paradigma, que tentou impor, a partir de atitudes de mandonismo, aos moradores da cidade da Pedra; entretanto, ao se chocar com aspectos da psicologia nacional relacionados à desordem, “[...] teve o fim que merecia: assassinaram-no” (2008, p.45), morte justificada pelo narrador-cronista da seguinte maneira: “Nós não podíamos suportar esse farol que feria nossos olhos gostadores de ilusões [...]” (2008, p.45). O pragmatismo de Delmiro

Gouveia choca-se, portanto, com esse caráter coletivo brasileiro, objeto de inúmeras reflexões de Mário de Andrade em outros textos, como a crônica “Biblioteconomia”, em que afirma: “Nós existimos pouco, demasiado pouco. Nós existimos em desordem” (2008, p.120-1).

Tem-se, em “O grande cearense”, a imagem da preguiça do brasileiro, tão salientada em Macunaíma. Porém, preguiça não constitui falta de caráter, como uma leitura ingênua da rapsódia poderia supor. Macunaíma é o herói sem nenhum caráter e, ao mesmo tempo, herói da nossa gente, por constituir a síntese do nacional estabelecida na diversidade cultural do Brasil. Sem caráter refere-se, pois, à abundância de características do herói, causando dificuldade de uma caracterização precisa. Já em “O grande cearense”, a preguiça constitui “costume herdado do calor solar” (2008, p.45), imagem recorrente em romances naturalistas como *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913), em que o sol tropical constitui elemento de degeneração de costumes, conforme Antonio Candido: “Sol e calor são concebidos como chama que queima, derrete a disciplina, fomenta a inquietação e a turbulência, fecunda como sexo” (1993, p.142).

Não se pode afirmar que Mário de Andrade coadunasse com fundamentos naturalistas, mas é sabido que o autor de Macunaíma teve, em sua formação, resquícios do positivismo imperante na formação social brasileira das duas primeiras décadas do século XX. Além disso, Mário fez parte de grupos de intelectuais ligados a Paulo Prado (1869-1943), autor de *Retrato do Brasil*, obra que articula a formação étnica brasileira como resultado da preguiça do índio, da cobiça do português e da luxúria do africano. A leitura do Brasil feita por Mário de Andrade, segundo Gilda de Mello e Sousa, é proveniente de “uma filosofia que oscilava entre ‘otimismo ao excesso e pessimismo ao excesso’” (2003, p.10), oscilação explicada nos seguintes termos por Alfredo Bosi:

O “otimismo” resultaria de sentimentos nacionalistas ou, em sentido lato, nativistas, que parecem ser estruturais entre os povos egressos do sistema colonial no século XIX, quando se definiram novas formações nacionais latino-americanas [...], contrastado pela corrente de “pessimismo ao excesso”, que mistura as razões do darwinismo social com o pesado racismo alimentado pelos novos impérios coloniais na África e na Ásia (1988, p.135).

Se, por um lado, encontram-se esperanças em grandes projetos, por outro, as comparações entre o atraso do Brasil e o avanço da Europa e dos Estados Unidos “deságuam no pessimismo de origem neocolonial” (1988, p. 136), fazendo voltar discursos que desvalorizavam a mestiçagem e o clima tropical, discursos advindos de intérpretes do Brasil “formados ainda no século XIX” (1988, p.136). Dessa forma, a preguiça macunaímica geraria no brasileiro uma energia ocasional, figurativizada em “O grande cearense” pelo zelo extremoso em que se carrega uma bandeja com cristais, mas que após a execução dessa tarefa, a energia se perde e o descuido moral surge:

Quando botam na mão da gente uma bandeja com cristais, só vendo o cuidado com que transportamos aquilo até a mesa. Mas uma hora depois a gente afirma uma verdade inexata, destrói a dignidade alheia, faz um filho, nessa mesma decisão bastarda com que almoça. E depois dorme a sua sestinha (ANDRADE, 2008, p.45).

O mesmo fragmento na primeira versão, encontrada em *O turista aprendiz*, apresenta algumas alterações: “Mas uma hora depois a gente afirma tal verdade num jornal, assina um contrato, faz um filho com a mesma decisão bastarda com que almoça” (ANDRADE, 1976, p.211). Tanto no fragmento anterior como neste encontra-se a metáfora da decisão bastarda, isto é, ilegítima, sem previsões e cálculos, relacionados ao paradigma da desordem. Para retomar uma expressão comum na obra de Mário de Andrade, há, nessa enumeração de ações o “pensamento por decretos”, isto é, a pouca reflexão feita na tomada de decisões. O contraste entre o zelo com que se carrega a bandeja com cristais e o relapso das outras ações citadas fica mais esclarecido com trecho ausente da primeira escrita da crônica e presente na versão destinada a *Os filhos da Candinha*: “[...] só que ninguém engorda com lição” (ANDRADE, 2008, p.45).

Aqui, essas imagens são utilizadas para contrastar com a “energia masculina, predeterminada e não ocasional” de Delmiro que, “costumava falar que brasileiro sem sova não ia” (2008, p.46). Pelos dados históricos do biografado, percebe-se que Delmiro Gouveia vem de baixo e se transforma no dínamo responsável pela energia e movimentação da cidade da Pedra: “Delmiro Gouveia chegou em Pernambuco ainda curumim e se empregou na Great Western. Um ano depois já era faroleiro” (2008, p.45). A obtenção de melhores postos de trabalho ocorre devido a essa energia predeterminada de Delmiro. Na nota da edição de João Francisco Franklin Gonçalves, destacam-se alguns empreendimentos desse “grande cearense”: a exploração do

potencial hidrelétrico do Rio São Francisco, a instalação de uma fábrica têxtil na vila da Pedra com assistência médica, escola e cinema para os operários e a construção de estradas no sertão nordestino (2008, p.47).

Em oposição à preguiça, à imobilidade dos outros, encontra-se a agilidade, o dinamismo que movimenta a cidade da Pedra. Esse “gênio da disciplina” é apresentado ao narrador-cronista por outro narrador: “Um homem do Pará sucede ter convivido muito com Delmiro Gouveia e conversamos sobre o grande cearense” (ANDRADE, 2008, p.45). São as opiniões desse paraense que são expostas pelo cronista ao descrever as características psicológicas e as ações de Delmiro. Tanto é assim que a opinião do paraense diverge daquela construída pelas pessoas dominadas por Delmiro: “Falaram que Delmiro Gouveia era perverso, era não” (2008, p.45). O discurso do narrador-cronista relativiza possíveis aspectos maniqueístas da construção coletiva que se faz de Delmiro Gouveia, isto é, reconhece alguns méritos nas ações praticadas por esse patriarca de Alagoas.

O paraense conta ao narrador-cronista “causos” curiosos, relacionados às ações de Delmiro Gouveia para a promoção do trabalho e da disciplina na cidade da Pedra. Para efeitos de análise, dividirei esses episódios em duas categorias: ações rotineiras e ações singulares. As primeiras estão contadas no pretérito imperfeito, indicando o aspecto durativo das ações, a reiteração das mesmas, enquanto as últimas apresentam sua singularidade por estarem contadas no pretérito perfeito, indicando o aspecto terminativo.

As ações durativas aparecem três vezes. A primeira está relacionada à educação formal dos meninos da Pedra: “Si um menino falhava a aula, Delmiro mandava chamar o pai pra saber o porquê” (2008, p.46). A segunda refere-se à educação de trato desses meninos: “Às vezes, com os meninos mandriões, reunia cinco, seis, e mandava um negrão chegar africanamente a palmatória na bunda dos tais” (ibidem). Já a terceira relaciona-se às normas sociais preestabelecidas: “Dentro de casa não permitia ninguém de chapéu na cabeça. Ia pra casa e mandava multar o mal criado: chapéu mais pobre, duzentos réis; chapéu de couro, um cruzado” (2008, p.46).

Nessa crônica, há dois episódios singulares ou ações terminativas, marcadas pelo pretérito perfeito. Um deles é o da mulher que fumava na porta da rua e teve o cachimbo arrancado da boca por um golpe de chicote dado por Delmiro Gouveia:

A arma dele era principalmente o chicote que manjava como artista de circo. E tinha birra de mulher fumante. Uma feita, uma dessas cachimbava na porta da rua, muito cismando. Delmiro Gouveia nem se incomodou. Seguiu no trotinho descansado uns trinta metros mais, virou o animal de sopetão, veio na galopada e com um golpe justo de chicote arrancou o cachimbo da boca da dona. Que nunca mais fumou (2008, p.46).

O fragmento acima apresenta o poder patriarcal em cena, em plena atuação, representado pela violência do chicote que oprime a “mulher fumante”, que parece transbordar o confinamento do espaço privado que sempre coube ao feminino em sociedades patriarcais. Essa mulher encontra-se em um espaço de fronteira, entre o privado (casa) e o público (rua): “porta da rua”. Os verbos no pretérito imperfeito, indicando ações durativas (“era”, “manjava”, “tinha”, “cachimbava”), situam o quadro teatral, onde ocorrerão as ações desse patriarca, marcadas por verbos no pretérito perfeito: “incomodou”, “seguiu”, “virou”, “veio”, “arrancou”. A sequência de verbos nesse tempo verbal é reforçada por expressões como “de sopetão” e “galopada” para indicar a o dinamismo de Delmiro não apenas no seu empreendedorismo como também na opressão daqueles que não se coadunam com o regime de ordem estabelecida pelo patriarca, regime que apresenta resquícios do sistema escravagista dos períodos colonial e imperial.

É necessário atentar, ainda, para o seguinte detalhe: a crônica não menciona “homem fumante”, mas sim “mulher fumante”, confirmando a subordinação da mulher ao sistema patriarcal. Segundo Ana Colling, “o patriarcado é um sistema de dominação e subordinação das mulheres que tem perdurado através das culturas e das épocas históricas, convivendo com os diferentes modos de produção” (2004, p.37). Gilberto Freyre chega a chamar de “submissão muçulmana” (2006, p.421) essa posição, na sociedade colonial brasileira, das mulheres diante dos maridos “a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de ‘Senhor’ [...]” (2006, p.421). Os estudos de Gilberto Freyre e de Ana Colling sublinham a persistência desse sistema de dominação patriarcal no momento da escrita de seus ensaios.

Em “O grande cearense”, Delmiro Gouveia exercia o seu poder normativo e repressivo tanto na esfera do privado (o golpe de chicote no cachimbo da mulher e as multas para quem usasse chapéu dentro de casa), como do público: “Não posso repetir

os nomes com que lixava as operárias da fiação que iam para o trabalho sem lavar a cara, ou os padres que apareciam na Pedra tirando esmolas pra coisas longínquas” (ANDRADE, 2006, p.46). Antes de discutir o episódio das esmolas, vale a pena destacar, novamente, o poder normativo e repressivo que recai, principalmente sobre as mulheres, no sistema patriarcal. Não lavar o rosto implica em desleixo, em falta de higiene e, portanto, em falta de disciplina, tão pregada por esse patriarca.

Pelas descrições do poder normativo e repressivo de Delmiro Gouveia, é possível afirmar que o patriarcado vai além de ser um sistema de dominação que subordina as mulheres em vários regimes de produção, como propõe Ana Colling, pois estende seus tentáculos às relações trabalhistas. Conforme dados biográficos de Delmiro Gouveia, ao implantar uma fábrica têxtil na cidade da Pedra, ele tornou-se uma das principais fontes de emprego para a população da pequena comunidade, o que lhe permitiu estender seu mandonismo para além das esferas privadas, exigindo determinados comportamentos das “operárias da fiação”.

Tal como no modelo das casas grandes, estudado por Gilberto Freyre, “[...] centros de coesão patriarcal e religiosa” (2006, p.36), o coronelismo e o empreendedorismo mandonista tornaram-se “os pontos de apoio para a organização nacional” (ibidem). É o que aponta o narrador-cronista em fragmento presente na primeira versão da crônica e suprimida na versão para o livro: “Delmiro coronelava tudo com a mesma severidade” (1976a, p.211). Na reescrita da crônica, a ação de coronelar encontra-se presente na apresentação das ações rotineiras e singulares de Delmiro Gouveia.

No que concerne às esmolas para terras longínquas, o segundo episódio singular protagonizado por Delmiro é o da expulsão de um padre sírio: “Mas não recebia mal a ninguém. Só uma vez, depois duma experiência inda viva e dolorosa, expulsou, nem bem chegado, um padre sírio que viera com intenção de tirar esmola pra Terra Santa” (ANDRADE, 2008, p.46), ao que o patriarca responde, aos berros: “Terra Santa é esta, seu...!” (2008, p.46). Tal como no episódio singular do golpe de chicote na mulher fumante, o fragmento da expulsão do padre sírio apresenta a estrutura descritiva, com verbos no pretérito imperfeito (“recebia), em contraste com o marcador temporal “só uma vez” e com o pretérito perfeito (“expulsou”), para marcar a ação do patriarca de exercer o controle daquela comunidade, impedindo que elementos externos, ainda que

imbuídos de um poder religioso, dela retirem seus recursos. Além disso, se o patriarca é o centro do poder, ao atribuir a santidade ao município da Pedra, além de ser uma resposta ao padre sírio, apresenta outra conotação: trata-se, aqui, da centralização do poder numa esfera espacial definida, isto é, a cidade da Pedra é santa por ser governada por alguém que detém um poder capaz de ditar as regras desse lugar, um poder absoluto marcado por uma onipotência quase divina.

3 A permanência do patriarcado em “Tempo de dantes”

Outro patriarca presente nas crônicas d’Os filhos da Candinha é Antônio de Oliveira Bretas, este não com a mesma “energia masculina, predeterminada e não ocasional” que tão bem cabe à caracterização de Delmiro Gouveia. Tanto nos contos como nas crônicas, Mário de Andrade mostra que não há mais lugar para esse tipo de modelo político de organização socioeconômica. Conforme observa Jessé dos Santos Maciel, “a contestação da figura patriarcal nos contos de Mário, em geral, aconteceu com o recurso a elementos da experiência cotidiana para criticar a figura autoritária nas pequenas práticas sócio-afetivas” (2006, p.31).

Na crônica “Tempo de dantes”, o próprio título insinua a necessidade de superação da figura patriarcal nas práticas socioeconômicas e socioafetivas. Diferente de “O grande cearense”, que apresenta um mosaico de episódios, “Tempo de dantes” tem um enredo linear: Como Antônio de Oliveira Bretas se nega a levar dona Clotildes ao Pastoril na vila de Boa Vista na véspera do Ano Novo, ela resolve ir com a irmã. Essa ação desencadeia a recusa do marido de ir buscá-la após o dia de Reis, o que faz com que Clotildes permaneça em Boa Vista por nove anos. Ao voltar, encontra seus objetos pessoais na mesma posição onde os deixara quando da partida, e sua relação com o marido permanece tal qual fora nos anos anteriores ao Pastoril. O mesmo tipo de persistência de relações patriarcais na primeira metade do século XX, herdadas do sistema escravagista e explorador da época colonial, tal como descrito por Gilberto Freyre, pode ser encontrado nessa crônica, posição corroborada por Marcos Antônio de Moraes:

Um “suposto” Antonio de Oliveira Bretas, pomposamente nomeado em “Tempo de dantes”, na força do homem, dono do pequeno mas respeitado engenho de cana, “senhor” de dona Clotildes, da agregada “mana dela” e da serviçal “negrinha”, personifica aquela instituição familiar e econômica do passado colonial brasileiro, da Casa grande & senzala de Gilberto Freyre (2008, p.184).

Tal como “O grande cearense”, essa crônica apresenta a estrutura de um “causo”: “Este é um caso brasileiro da terra potiguar” (ANDRADE, 2008, p.169), já enuncia o narrador logo no início da crônica. Porém, enquanto o “grande cearense” teve existência concreta, Antônio de Oliveira Bretas é criação ficcional do narrador-cronista: “No município de Penha suponhamos que Antônio de Oliveira Bretas era senhor de engenho, homem de seus trinta e cinco anos, casado com Dona Clotildes [...]” (2008, p.169). O uso de “suponhamos” indica a ficcionalização de elementos da experiência cotidiana para “criticar a figura autoritária nas pequenas práticas sócio-afetivas”, como propõe Jessé dos Santos Maciel.

Como assinalado anteriormente, essa crônica possui um enredo linear. Este apresenta a típica estrutura de entrecho: a apresentação dos fatos, o conflito, o clímax e o desenlace. No primeiro, encontramos as caracterizações das personagens, sobretudo as relações patriarcais no tratamento do casal: “Dona Clotildes chamava ele ‘seu Antônio’ e ele respondia ‘a senhora’” (2008, p.169). Na segunda parte, o conflito é gerado pela recusa do marido em levar a mulher ao Pastoril. O clímax ocorre com a volta dessa senhora depois de nove anos ausente: “Homem, parece que é dona Clotildes que vem lá na estrada!...” (2008, p.170). O desenlace da crônica ocorre de maneira circular, isto é, retoma-se a mesma estrutura patriarcal esboçada no início da narrativa: “Cearam. Vieram as palavras cotidianas, quer isto? quer aquilo? Quero, não quero não, dormiram, se levantaram, etc.” (2008, p.170).

Nessa crônica, o modelo patriarcal parece sofrer uma pequena rachadura, quando dona Clotildes vai ao Pastoril sozinha. Entretanto, sua volta representa, no plano simbólico, o regresso ao cosmo, ao espaço conhecido, à mesmice do patriarcado, figurativizado nos objetos que permaneceram no quarto do casal da mesma forma como a mulher os deixara quando partira: “O vestido caseiro dela, aquele, meu Deus! faziam nove anos, estava até sacudido com raiva, de atravessado na cama. Os sapatos, mesma coisa, no chão, sem alinhamento. Quarto na mesma. Ar, na mesma. Nove anos passados”

(2008, p.170). A reiteração da palavra “mesma” (três vezes no fragmento transcrito) representa a permanência do modelo patriarcal nas práticas socioafetivas.

A mulher que chama o marido de “seu Antônio”, e o marido que trata a esposa, na segunda versão da crônica, de “a senhora” (2008, p.169), configuram, respectivamente, o consentimento ao patriarcado e o poder preestabelecido socialmente. Ao examinar a persistência das relações patriarcais na década de 1930, a partir dos usos dos pronomes de tratamento “o senhor” e “a senhora”, Gilberto Freyre comenta, numa nota do último capítulo de seu livro *Casa-grande & senzala*:

O uso, ainda hoje, em português, de ‘o senhor’, ‘a senhora’ em casos que em outros idiomas seriam de segunda, e não de terceira pessoa do singular e também o de ‘vossa senhoria’ e o abuso de ‘vossa excelência’, talvez se possa atribuir à herança do regime patriarcal-escravocrata, que dominou a vida brasileira, depois de ter dominado a portuguesa (2006, p.556).

Como se vê, o patriarcado persiste em diferentes modos de produção. A passagem de tempo na crônica de Mário de Andrade é apenas percebida pela descrição de uma terceira personagem: a empregada, chamada de “a negrinha” pelo narrador no momento anterior à partida de dona Clotildes, é, após os nove anos de ausência da mulher, “agora a moça-feita da negrinha” (ANDRADE, 2008, p.170). Excetuando esse dado de transformação, a estrutura textual da crônica indica uma espécie de congelamento do tempo, refletindo a fragilidade do patriarca, este sim o oposto do dinamismo de Delmiro Gouveia. No plano econômico, esse patriarca domina um espaço menor que o outro: “engenho que não era grande não, produção curta mas com uma aguardente famosa no bairro” (2008, p.169). Tal como o tamanho do engenho, seu poder, até mesmo sobre sua esposa, não configura o mesmo autoritarismo do “grande cearense”.

Tem-se, em “Tempo de dantes”, com a volta de dona Clotildes ao lar, a reafirmação do poder social do marido, mostrando a permanência do patriarcado. Durante os nove anos de ausência da mulher, Antônio apenas opta por não mostrar a tristeza. A experiência dessa personagem com o tempo é reveladora da sua imobilidade: “Dois meses passaram, três... Passou um ano, passaram dois, meus amigos! No engenho, seu Antônio vivia sozinho, não mostrando tristeza. Mas mandava limpar o quarto de casados sem que mudassem nada do lugar” (2008, p.170). Nesse fragmento, o narrador chama a atenção do narratário (“meus amigos”) para a imobilidade dessa estrutura

fechada do patriarcado. Tudo permanece como foi deixado, não havendo mudanças significativas. Seu Antônio opta por não buscar a mulher: “Foi sozinha! pois que venha sozinha! Vou buscar ninguém não!” (2008, p.169). No intuito de não mostrar aos outros a falta que lhe fazia a mulher, resolve não ir buscá-la: “O senhor de engenho careceu de ir na vila por amor duns negócios, ir lá? Parecia por causa da mulher... Mandou um amigo” (2008, p.170). O discurso indireto livre é revelador das contradições internas desse patriarca: por um lado, queria a volta da mulher, por outro, não abdica de seu estatuto de patriarca, optando por não ir buscá-la.

Há de se ressaltar que a volta da esposa não desperta no marido grandes comoções: “Vendo-a retornando, seu Antonio nada fala, porque o lugar que ocupava nessa sociedade marcada por conceitos e valores imutáveis não exige alarde” (MORAES, 2008, p.185). Nada se sabe sobre a vida de dona Clotildes durante os nove anos que estivera ausente do engenho, como se a mulher não pudesse ter uma vida independente do marido, por isso seu retorno representa uma retomada da “posição subserviente (transfigurada em cuidado paterno) que sempre lhe coubera” (2008, p.185).

Marcos Antônio de Moraes considera “Tempo de dantes” e “Foi sonho” “crônicas-conto” (2008, p.184), pois nelas se diluem as fronteiras entre a crônica e o conto. Para o autor, tanto o senhor de engenho da primeira como o mulato proletário, narrador da segunda, negro, sem nome, representam “construções históricas distintas e complementares no tempo, no espaço e nos extratos brasileiros” (2008, p.184). Já as mulheres Dona Clotildes e Florinda, submetidas ao poder do marido, buscam superar essa dominação falocêntrica, porém, sem êxito, pois acabam regressando à subserviência do lar, fazendo com que Moraes conclua que “Antonio de Oliveira Bretas e o negro de Florinda são, talvez, o mesmo homem, o mesmo caráter, enformados pela história brasileira” (2008, p.185).

No que concerne às relações de trabalho de “Tempo de dantes”, embora não se explicita o mandonismo do patriarca com relação a seus serviços como ocorre em “O grande cearense”, é possível perceber uma estrutura advinda do modelo de sociedade colonial e escravocrata: “Dona Clotildes se trocou e, como estavam na hora da ceia, mandou a agora moça-feita da negrinha botar a mesa” (ANDRADE, 2008, p.170). Tal como em “O grande cearense”, não se usa o verbo “pedir”, mas sim “mandar”, postura herdada do nosso passado colonial: “[...] não mandou matar ninguém” (2008, p.45),

“Delmiro mandava chamar o pai” (2008, p.46), “[...] mandava um negrão chegar africanamente a palmatória [...]” (2008, p.46), “[...] e mandava multar o malcriado” (2008, p.46). Quanto ao contexto de escrita dessas duas crônicas, a estrutura tanto do campo como da cidade permaneceu inalterada, mesmo após a Revolução de 1930, que não conseguiu retirar totalmente o poder das velhas oligarquias, o que explica a persistência do modelo patriarcal nas relações familiares e trabalhistas.

Considerações finais

Conforme comentado anteriormente, os elementos folclóricos e etnográficos coletados por Mário de Andrade em suas viagens à Amazônia (1927) e ao Nordeste (1928/1929) foram aproveitados na obra poética, ficcional e ensaística do escritor. Nesse sentido, os costumes observados e descritos nas crônicas do Nordeste publicadas no Diário Nacional serviram para estudos etnográficos sobre música popular, danças dramáticas, poesia popular, e também foram refundidas em obras posteriores como *Os filhos da Candinha*. É o caso das crônicas “Ferreira Itajubá”, “Bom Jardim”, “Guaxinim do banhado”, “O grande cearense” e “Tempo de dantes”, essas duas últimas importantes para se entender a posição ideológica do narrador-cronista diante de modelos patriarcais. Tanto no contexto de escrita dessas crônicas em *O turista aprendiz* (época da República Velha) como na sua reescrita em *Os filhos da Candinha* (período do Estado Novo getulista), a sociedade brasileira ainda estava centrada na família e na autoridade pessoal do grande proprietário, padrão que advinha da tradição rural e escravista, advinda do nosso processo de colonização.

As relações de poder e de hierarquia são socialmente construídas (COLLING, 2004, p. 24). Ao considerar-se o padrão da sociedade brasileira da primeira metade do século XX, percebe-se a continuidade dessas relações. Dito de outra forma, os fazendeiros detinham o poder econômico e a configuração da sociedade revelava-se como uma permanência dos modelos escravistas e patriarcais do século XIX. A posição crítica do narrador-cronista de “O grande cearense” e “Tempo de dantes”, acerca da necessidade da superação desse modelo de organização das práticas socioeconômicas e socioafetivas, pode ser percebida sub-repticiamente em seu discurso um tanto irônico nas duas crônicas analisadas. Se em “Tempo de dantes”, o modelo patriarcal já não é

revestido do autoritarismo capaz de impedir a ida de dona Clotildes ao Pastoril, em “O grande cearense”, a figura do patriarca parece transbordar os limites do espaço da crônica. É em torno de Delmiro Gouveia que tudo gira. É ele quem estabelece as normas de comportamento na cidade da Pedra.

Destaco o jogo de imagens e antíteses fornecido pelo cronista: nossos olhos gostadores de ilusões não suportariam as “luzes verdes de esperança” nem as “luzes vermelhas de alarma” nesse espaço noturno chamado de “caráter do Brasil”. Ora, tal como Macunaíma, que busca construir a síntese da sua identidade na diversidade cultural, o Brasil apresenta um caráter noturno, escuro, marcado pela ausência das cores. Delmiro Gouveia seria, nessa constelação figurativa, o elemento responsável pelo colorido do Brasil, ainda que exercendo um poder autoritário. É ele o dínamo, as luzes em movimento, sejam de esperança, no que concerne ao caráter paternalista da política nordestina (e também brasileira), sejam de alarma, no que se refere ao controle do comportamento da população.

Interessante observar que na primeira versão da crônica, publicada no Diário Nacional em 25 de dezembro de 1928, essa personagem é vista, no fechamento do texto, como um “santo”: “Se enganava. Agora Pedra vai morrendo pouco a pouco. Santo era ele, o grande cearense” (ANDRADE, 1976a, p.212). Esse fragmento é suprimido da versão publicada no livro *Os filhos da Candinha*. Suponho que tal corte se deva à necessidade de superação da figura do patriarca, tanto nas relações socioafetivas, como na organização política, haja vista o autoritarismo de Getúlio Vargas e do seu Estado Novo. O contexto histórico-social da década de 1940, acrescido do engajamento político de Mário de Andrade em seu projeto estético-ideológico, com a escrita de poemas de Lira paulistana e *O carro da miséria*, diminui a simpatia que o narrador da primeira versão da crônica poderia ter em relação a uma figura autoritária que estabelece normas de comportamentos sociais e individuais. Tem-se, conforme nota de João Francisco Franklin Gonçalves, um “olhar reverente, mas irônico, lançado pelo autor ao ideal de modernização conservadora” (2008, p.47).

Tanto em “O grande cearense” como em “Tempo de dantes”, as práticas socioeconômicas e socioafetivas do nordeste brasileiro são observadas pelo cronista-viajante. Já que a viagem permite o olhar para o Outro, esse cronista interroga essas relações culturais baseadas num modelo de centralização do poder. Trata-se do

patriarcado, entendido como poder normativo e repressor, que determina a organização individual e coletiva nas dimensões pública (relações de trabalho) e privada (ambiente familiar). As duas crônicas analisadas dão conta dessas duas dimensões atingidas pelo patriarca, que encontra na política do coronelismo nordestino a legitimação de suas ações.

Referências

ANDRADE, Mário de. Macunaíma. Ed. crítica coord. por Telê P. Ancona Lopez. Paris: Association Archives de la Littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe. siècle; Brasília: CNPQ, 1997. (Col. Arquivos, 6).

_____. Os filhos da Candinha. Estabelecimento de texto e notas de João Francisco Franklin Gonçalves. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. O turista aprendiz. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976a.

_____. Taxi e crônicas no Diário Nacional. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976b.

BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: Céu, inferno: ensaios de crítica estética e ideológica. São Paulo: Ática, 1988. p.127-41.

_____. História concisa da literatura brasileira. 35.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: _____. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p.123-52.

_____. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1973.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, N. M.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. Gênero e Cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

GINZBURG, Jaime. A crítica da sociedade patriarcal em contos de Mário de Andrade. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.34, jul./dez. 2003. p.39-45.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MACIEL, Jessé dos Santos. Momentos do homoerotismo. Atualidade: homocultura e a escrita pós-identitária. *Terra Roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*, Londrina: UEL, 2006, v.7.

MARTINS, Wilson. O Modernismo. São Paulo: Cultrix, 1965.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. As faces do duplo na literatura. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p.111-123.

MORAES, Marcos Antonio de. Artes de um cronista. In: ANDRADE, Mário de. *Os filhos da Candinha. Estabelecimento de texto e notas de João Francisco Franklin Gonçalves*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p.177-87.

SOUZA, Gilda de Mello e. O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

Recebido em março de 2014.

Aceito em julho de 2014.